

APRESENTAÇÃO

Este número da *Debates do NER* pretende expor algumas linhas demarcatórias de distinções empírico-conceituais entre os termos sincretismo e hibridismo, nos estudos de religião. Para tanto, partimos de referências já estabelecidas quanto ao uso desses termos e buscamos estabelecer o alcance e a extensão de seus potenciais heurísticos, aplicados à análise situacional de casos.

Os termos sincretismo e hibridismo permitem reconhecer processos produzidos e vivenciados na experiência religiosa contemporânea, que é plural e concorrencial, e traduzem trânsitos de relações e simbologias entre mundividências religiosas distintas, em constantes apropriações e arranjos individuais ou coletivos, redefinindo a dialética entre identidade e alteridade, nesse campo. Porém, para além de situar analiticamente o entendimento, as mudanças e as transfigurações dos universos religiosos que os usos do sincretismo costumam enfatizar, sobre tais trânsitos, buscamos destacar outra classe de referências entrecruzadas entre os universos religiosos e os culturais, históricos, políticos ou organizacionais, que se configuram nos usos do hibridismo, suas aberturas para vivências plurais e as questões societárias dissonantes que delas emergem.

Nesse sentido, o texto que abre esse dossiê, de Steven Engler, já expõe os termos do debate, ao associar o hibridismo e a glocalização – que formam uma das vertentes do processo de globalização contemporâneo – com a variação interna da umbanda brasileira. O autor apresenta a tipologia de hibridismo de raízes e de caminhos elaborada por James Clifford e Peter Wade e, sobre a discussão da mesma, discute a opção restritiva de uso dessa tipologia pelos *Religious Studies*: o primeiro tipo distorce o entendimento do campo religioso, enquanto o segundo retira a capacidade de agência dos participantes religiosos em seus contextos. Retomando as trajetórias das tradições afro-religiosas, propõe deslocar a questão que orienta a análise das mesmas e apresenta um terceiro tipo de hibridismo: de refração. Segundo o

autor, essa opção permite compreender melhor a agência dos participantes religiosos em seus contextos, ao mesmo tempo em que busca evidenciar que a variação dinâmica da religião reflete uma variedade de apropriações estratégicas de conceitos e modelos nacionais e transnacionais, operadas pelos seus agentes.

Seguindo o mesmo esforço crítico, o texto de Edilson Pereira revisita uma série de referências clássicas na antropologia da religião. Considerando as rupturas instauradas em relação às teses evolucionistas, autores da antropologia britânica, francesa e estadunidense são apresentados de modo a explicitar a importância que concederam à ordem como princípio inerente ao pensamento ou a organização social. Pereira questiona a necessidade de postularmos tal princípio para compreendermos os universos religiosos, sugerindo outras pistas a partir das provocações de Marilyn Strathern e Nicolas Thomas, que favorecem análises etnográficas abertas a transformação de perspectivas nos contextos estudados.

O texto de Amurabi Oliveira complementa esse primeiro esforço crítico de expor referências entrecruzadas no hibridismo. O autor busca situar a gênese do sincretismo religioso, no Brasil, para expor um arranjo de identidades que negociam a realidade social sobre a qual se constitui um domínio público e um domínio privado das religiões. Segundo o autor, tais domínios marcaram a singularidade e a pluralidade do cenário religioso brasileiro, em constante mutação e abertura dos arranjos identitários para a esfera individual. Nesse cenário, a emergência dos esoterismos e exoterismos da Nova Era, e a experiência singular do Vale do Amanhecer, levam o autor a analisar arranjos e articulações entre os seus elementos e as religiosidades populares, em sínteses plurais.

O segundo momento desse esforço crítico expõe facetas dissonantes no interior das formações híbridas, evidenciando questões que obstaculizam vivências plurais. O texto de Jose Geraldo da Rocha, Cleonice Puggian e Luana Rodrigues enfoca tais questões da perspectiva da intolerância religiosa sofrida por adeptos de religiões de matrizes africanas. Os autores realizaram entrevistas com dezenas desses adeptos, na região da Baixada Fluminense, cercanias do município do Rio de Janeiro, trazendo relatos sobre situações

ocorridas em vários âmbitos: ambiente doméstico, local de trabalho, escolas e outros espaços públicos. Além de realizar o registro desses testemunhos, os autores propõem que os mesmos sejam considerados como ilustrações de um dilema vivido pelos adeptos de religiões de matrizes africanas, tensionados entre a expressão pública sujeita a condenações e estratégias de ocultação que cobram um alto preço subjetivo.

Já o texto de Cesar Ranquetat Júnior trata de uma situação geradora de muitas polêmicas no Brasil: a presença de crucifixos nas salas de tribunais. Essa presença é algo muito recorrente; ao mesmo tempo, tem sido questionada formalmente por várias iniciativas recentes. Ranquetat acompanha as decisões do Conselho Nacional de Justiça, entidade que foi chamada a se pronunciar sobre o assunto em 2007. Reúne ainda outros posicionamentos a favor da permanência dos crucifixos e também enfoca argumentos que fundamentam a sua retirada. O quadro de suas reflexões remete às relações entre religião e política na história brasileira e ao protagonismo de atores sociais inspirados em ideários secularistas.

Por fim, o texto de César Augusto Assis Silva elabora uma abordagem peculiar sobre tais questões, ao associar religião e linguagem de sinais para surdos, evidenciando mudanças e arranjos societários pouco analisados nos estudos de religião, no país. O texto apresenta uma análise sobre o projeto de evangelização em língua de sinais das Testemunhas de Jeová. A elaboração proposta no texto incide sobre uma instituição relativamente pouco pesquisada no interior das ciências sociais brasileiras que se ocupa da religião, e apresenta uma característica peculiar do fenômeno analisado. As Testemunhas de Jeová solidificam um projeto de inclusão, ao fundarem congregações em língua de sinais, produzirem vídeos e formarem oradores públicos nessa língua, entretanto, está ausente de tal projeto a afirmação de particularismos identitários e culturais vinculados à surdez, como ocorre na atuação de católicos e protestantes. Para o autor, esse fato decorre da instituição ser dotada de uma teologia que nega particularismos identitários de quaisquer espécies, em proveito da formação idealizada de uma associação inteira de irmãos no mundo, fundada no governo teocrático da instituição.

Esperamos que os esforços aqui expostos despertem outras inquietações e agradecemos aos autores pela parceria efetivada. Com esta edição de *Debates do NER*, celebramos com nossos leitores e colaboradores os 15 anos do Núcleo de Estudos da Religião.

Emerson Giumbelli
José Rogério Lopes